

BALANÇO PATRIMONIAL | APROVADO E PUBLICADO

BALANCE SHEET | APPROVED AND PUBLISHED

BALANÇOS PATRIMONIAIS (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Ativo Circulante	Notas Explicativas	FUNDAÇÃO		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
Gaia e equivalentes de caixa - recursos próprios	5(a)	502.278	268.735	579.246	268.735
Gaia e equivalentes de caixa - recursos restritos	5(b)	3.692.714	3.457.213	3.692.714	3.457.213
Clientes	6	256.923	779.638	317.254	779.638
Convênios e subvenções a receber		-	147.405	-	147.405
Estoques	7	350.387	780.737	617.082	780.737
Outros créditos	8	379.126	440.749	430.580	440.749
		5.181.428	5.874.477	5.636.876	5.874.477
Não circulante					
Investimentos coligada	24	-	30.000	-	30.000
Imobilizado	9	5.806.575	5.846.873	5.806.575	5.846.873
Intangível	10	90.650	147.976	90.650	147.976
		5.897.225	6.024.849	5.897.225	6.024.849
Total do ativo		11.078.653	11.899.326	11.534.101	11.899.326
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		348.742	884.543	389.694	884.543
Fornecedores de convênios e leis de incentivo		93.728	-	93.728	-
Salários e encargos sociais		310.916	552.650	493.745	552.650
Provisões de férias e encargos	4(g)	442.712	711.828	740.053	711.828
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	13	3.309.937	4.060.805	3.309.937	4.060.805
Projetos próprios a realizar	14	306.099	54.800	306.099	54.800
Financiamentos		239.167	353.118	244.534	353.118
Outros débitos		-	54.000	2.385	54.000
		5.051.301	6.671.744	5.580.175	6.671.744
Não circulante					
Receitas diferidas		74.770	74.770	74.770	74.770
Obrigações trabalhistas		160.174	160.174	160.174	160.174
Financiamentos a longo prazo		110.000	-	110.000	-
		344.944	234.944	344.944	234.944
Patrimônio líquido					
Patrimônio social	11	4.992.738	6.565.139	4.992.638	6.565.139
Superávit / (Déficit) do exercício	12	689.670	(1.572.501)	616.344	(1.572.501)
		5.682.408	4.992.638	5.608.982	4.992.638
Total do passivo e patrimônio líquido		11.078.653	11.899.326	11.534.101	11.899.326

NOTAS EXPLICATIVAS (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

1. **Contexto operacional:** A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante nas áreas de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual, de modo a promover sua integração à vida comunitária, escritura de 11/03/1946, registro no 11º Tabelião de São Paulo nº 2650 Livro A6 no registro de PI do 1º Ofício de Títulos e Documentos, inscrita no CNPJ sob número 60.507.100/0001-30. Utilidade Pública Federal Decreto 40.969 de 15/02/1957, registrada no ONAS conforme processo nº 246212/69, portadora de CEBAS conforme Portaria nº. 75/2015, item 72 de 24/06/2015, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 29/06/2015, a presente portaria concedeu validade assegurada de 01/01/2015 à 31/12/2017. De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, observando o princípio da universalidade, tem por objetivo: facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados. A Fundação é controladora desde 12 de fevereiro de 2016 da DMA Editora e Soluções em Acessibilidade S/A, inscrita no CNPJ sob número 24.155.170/0001-03, que tem como objeto social: I – Produção, industrialização, edição, impressão, distribuição, divulgação e comércio, por qualquer mídia e meio, de livros em formato braile, audiolivros e livros digitais e de material gráfico acessível para pessoas com deficiência visual; II – Prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial em acessibilidade; III – Produção, comércio e indústria de materiais tifológicos; e IV – Outras atividades correlatas relacionadas a acessibilidade.

2. **Apresentação das demonstrações contábeis:** Demonstrações contábeis individuais da Fundação. As demonstrações contábeis de 2016 da Fundação foram adotadas a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 R1, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros e a Lei 12.868/2013. Desde 2014, com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB e Deliberação CVM nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CFC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reconhecendo a citada revisão do IAS 27, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade também com as IFRS. **Demonstrações contábeis consolidadas.** As demonstrações contábeis consolidadas da Fundação foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretados emitidos pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 26 de abril de 2017.

3. **Formalidade da escrituração contábil resolução 1.330/11 (nbc Itg 2000):** A Fundação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na ECD - Escrituração Contábil Digital. A documentação contábil da Fundação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Fundação mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. **Principais práticas contábeis adotadas:** a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC - TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. c) **Ativos circulates:** Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. d) **O Imobilizado e Intangível se apresentam pelo custo de aquisição ou construção.** As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada daqueles e seu valor residual. A adoção da vida útil econômica foi efetuada para o setor produtivo e tecnológico da Fundação. e) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. f) **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulates. g) **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. h) **Despesas e Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. i) **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamento na determinação e no registro de

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	FUNDAÇÃO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Superávit / (Déficit) do período	689.670	(1.572.501)	616.344	(1.572.501)
Ajustado por:				
Depreciações e amortizações	768.389	838.290	768.389	838.290
Outros	100	78.535	100	78.535
Superávit / (Déficit) do período ajustado	1.458.159	(655.676)	1.384.733	(655.676)
Varição dos ativos				
Clientes	522.715	(240.700)	462.384	(240.700)
Convênios e subvenções a receber	147.405	(57.750)	147.405	(57.750)
Estoques	430.350	1.217.922	163.655	1.217.922
Outros créditos	61.623	(75.029)	10.169	(75.029)
Varição dos passivos				
Fornecedores	(442.073)	599.579	(401.121)	599.579
Salários e encargos sociais	(241.734)	(101.711)	(58.905)	(101.711)
Provisões de férias e encargos	(269.116)	(62.639)	28.225	(62.639)
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	(750.868)	(1.135.908)	(750.868)	(1.135.908)
Projetos próprios a realizar	251.299	-	251.299	-
Outros débitos	(54.000)	54.000	(51.615)	54.000
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades operacionais	1.113.760	(457.912)	1.185.361	(457.912)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos coligada	30.000	(30.000)	30.000	(30.000)
Varição líquido de imobilizado	(670.765)	(527.734)	(670.765)	(527.734)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades de investimentos	(640.765)	(557.734)	(640.765)	(557.734)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Financiamentos	(3.951)	(422.511)	1.416	(422.511)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades de financiamentos (Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	469.044	(1.438.157)	546.012	(1.438.157)
Saldo inicial de caixas e equivalentes de caixas	3.725.948	5.164.105	3.725.948	5.164.105
Saldo final de caixas e equivalentes de caixas	4.194.992	3.725.948	4.271.960	3.725.948
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	469.044	(1.438.157)	546.012	(1.438.157)

DEMONSTRAÇÕES DE SUAS MUDAÇÔES: DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

FUNDAÇÃO	Patrimônio no final		Reserva de avaliações extraordinária	Reserva de doações	Superávit / (Déficit) do período	Totais
	2016	2015				
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.794.411	64.773	1.196.416	(1.490.891)	6.565.139	
Incorporação ao patrimônio social	(1.490.891)	-	-	-	1.490.891	
Incorporação ao patrimônio social	64.773	(64.773)	-	-	-	
Incorporação ao patrimônio social	1.196.416	-	(1.196.416)	-	-	
Déficit do período	-	-	-	(1.572.501)	-	(1.572.501)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.565.139	-	-	(1.572.501)	4.992.638	
Incorporação ao patrimônio social	(1.572.531)	-	-	-	1.572.501	
Superávit do período	689.670	-	-	-	689.670	
Ajustes de exercícios anteriores	00	-	-	-	100	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.992.38	-	-	-	5.682.408	
CONSOLIDADO	Patrimônio no final	Ajust : de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Superávit / (Déficit) do período	Totais	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.794.411	64.773	1.196.416	(1.490.891)	6.565.139	
Incorporação ao patrimônio social	(1.490.891)	-	-	-	1.490.891	
Incorporação ao patrimônio social	64.773	(64.773)	-	-	-	
Incorporação ao patrimônio social	1.196.416	-	(1.196.416)	-	-	
Déficit do período	-	-	-	(1.572.501)	-	(1.572.501)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.565.139	-	-	(1.572.501)	4.992.638	
Incorporação ao patrimônio social	(1.572.501)	-	-	-	1.572.501	
Superávit do período	616.344	-	-	-	616.344	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.992.638	-	-	-	5.608.982	

estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprevisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação reza as estimativas e as premissas pelo melhor julgamento. j) **Demonstração do Fluxo de Caixa:** A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13. i) **Recursos com restrição:** A conta identificadas como Recursos com restrição, são valores recebidos e receber, a realizar no exercício seguinte e gastos incorridos no exercício (Receitas e Despesas) oriundas de contratos firmados com órgãos públicos, e são assim identificadas (Recurso com restrição). Depois a realização desses valores regeia respitar as contas identificadas nos contratos firmados e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12.

5. Caixas e equivalentes de caixa:

Recursos sem restrições	FUNDAÇÃO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Caixa	5.037	6.300	5.037	6.300
Banco conta movimento	125.881	136.421	125.882	136.421
Aplicações financeiras	371.360	126.014	448.327	126.014
	502.278	268.735	579.246	268.735
Banco conta movimento	2.299.578	925.019	2.299.578	925.019
Aplicações financeiras	1.393.136	2.532.194	1.393.136	2.532.194
	3.692.714	3.457.213	3.692.714	3.457.213

*As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

6. Clientes a receber:

Outlet a receber	FUNDAÇÃO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Clientes a receber	347.206	340.495	347.206	340.495
Outros valores a receber	211.581	-	271.912	-
(Provisão estimada de crédito com liquidação duvidosa	17.222	439.143	17.222	439.143
	(319.086)	-	(319.086)	-
	256.923	779.638	317.254	779.638

Esta conta é composta dos valores de créditos das transações com cartão de crédito do Outlet e dos Serviços prestados em curto prazo. Em 2016 foi contabilizado o PECCO conforme demonstrado abaixo.

7. **Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais gráficos, material para revenda, mercadoria nossa em poder de terceiros até a data do balanço.

Matéria prima	FUNDAÇÃO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Matéria para revenda	69.527	673.515	69.527	673.515
Outlet	188.121	0	454.816	0
	92.739	107.222	92.739	107.222

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Redeitas operacionais	Notas Explicativas	FUNDAÇÃO		CONSOLIDADO	
		2016	2015	2016	2015
Com restrição	13(a)	461.489	1.848.760	461.489	1.848.760
Projetos patrocinados	13(b)	4.854.828	3.470.995	4.854.828	3.470.995
Leis rouanet e Proac	14	639.123	522.174	639.123	522.174
Convênios e subvenções		5.955.440	5.841.929	5.955.440	5.841.929
Sem restrição					
Doações e campanhas	15	5.140.917	6.055.049	5.140.917	6.055.049
Venda de bens e serviços	16	3.262.158	2.051.631	1.394.512	2.051.631
Locação		16.800	20.240	16.800	20.240
Outras receitas		545.784	300.214	545.784	300.214
Isenção da cota patronal	17	1.254.170	1.627.912	1.254.170	1.627.912
Trabalho voluntário	18	549.834	687.598	549.	

	379.126	440.749	430.580	440.749
	2016	2015		
	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo final
Imóveis			2.743.794	2.743.794
Móveis e utensílios	15.402	(5.684)	464.982	455.364
Máquinas e equipamentos	59.008	(2.640)	3.358.973	3.302.605
Veículos		(49.749)	-	49.749
Matrizes			1.942.813	1.942.813
Biblioteca	538.318	-	2.847.903	2.309.585
Equipamentos de informática	29.913	(16.900)	607.079	594.066
Instalações			266.198	266.198
Imobilizado em andamento			428.117	428.117
	642.641	(74.973)	12.659.859	12.092.191

	2016	2015			
	Adições	Baixas	Saldo final	Saldo final	
Software e programas	45.305	(36.365)	422.451	413.511	
Movimentação das amortizações	Taxa a.a.	2016	2015		
	%	Adições	Baixas	Saldo final	
Software e programas	20	(66.266)	(331.801)	(265.535)	
		20.961	(36.365)	90.650	147.976

11. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acessado do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

12. Resultado do período: O superávit do período (déficit em 2015), em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 Item 15, será incorporado ao Patrimônio Social.

13. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar: Para a contabilização de suas subvenções governamentais e recursos incentivados, a Fundação atendeu a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades. A Fundação, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10.

a. Fumcad | Palestras Inclusivas 032/2015 SMDHC: Este projeto visa realizar atividades de sensibilização, informação e orientação por meio de 50 palestras educativas para um total de 1.500 professores da rede de ensino do município de São Paulo, que atuem com alunos de 0 a 17 anos de idade e a distribuição de 1.000 kits de material de apoio, promovendo condições de melhor atuação do corpo docente junto aos alunos com deficiência visual, favorecendo assim o processo de inclusão social. **Aprendendo com o Centro de Memória: 030/2015 SMDHC:** O projeto busca oferecer 216 visitas educativas à exposição "E tu todo começo ações: ações positivas e histórias que mudaram a vida das pessoas com deficiência visual" do Centro de Memória Dorina Nowill para cerca de 8.640 crianças e adolescentes das escolas e organizações do município de São Paulo, além da produção e distribuição de material educativo acessível sobre a exposição. Inclui também realizar 4 exposições em 4 CEUs do município de São Paulo acompanhados de palestras e workshops a respeito dos temas abordados da exposição.

b. Secretaria Municipal da Cultura: Subvenção nº 01/2014/SMC processo nº 2002-0.089.371-4 - Produção de 30 títulos em braille e 30 títulos falados, distribuídos para biblioteca Louis Braille do município de São Paulo e para as bibliotecas indicadas pela Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas das Sec. Munic. Da Cultura.

c. Secretaria dos Direitos Humanos: Convênio nº 793501/2013 - Realização de 6 cursos de qualificação em técnicas de orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual, executadas nas seguintes cidades: Manaus, Belém, Brasília, Goiânia, Natal e Fortaleza. Serão beneficiados 180 profissionais da área da saúde e educação.

d. Lei Rouanet: Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador o desconto proporcional ao formal e valor aplicado. O projeto de captação através deste incentivo (IR) tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (braile/falado/daisy) de títulos exigidos em vestibulares, para cultura e lazer e outros. Além desses projetos patrocinados tem proporcionado aos deficientes visuais mais distantes do território nacional a oportunidade de ler títulos atualizados.

13. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar (continuação)

	Saldo em 31/12/2015	Repasses	Gastos	Transfê-rencias	Devolução	Saldo em 31/12/2016
Projeto SANSUNG	15.295	210.844	(226.139)	-	-	0
Fundação Prada	39.670	103.840	(89.545)	-	-	53.965
Projeto IHF	21.807	42.000	(58.059)	-	-	5.748
Instituto OMETTO	-	213.000	(87.745)	-	-	125.255
a) Projetos Patrocinados	76.772	569.684	(461.488)	-	-	184.968
PRONAC encerrado aguardando resgate do ministério	1.600	192.605	(106.827)	17.200	-	85.778
PRONAC 13	945.331	-	(846.539)	-	(98.792)	0
PRONAS	-	299.215	(134.180)	-	-	165.035
PRONAC Regionais	863.869	3.215.636	(2.371.965)	-	-	1.707.540
PRONAC 15	-	-	-	(500)	-	1.149.416
Semando a leitura	2.173.233	372.000	(1.395.317)	-	-	1.149.916
b) Lei Rouanet e Proac	3.984.033	4.079.456	(4.854.828)	15.600	(99.292)	3.124.969

	4.060.805	4.649.140	(5.316.316)	15.600	(99.292)	3.309.937
--	-----------	-----------	-------------	--------	----------	-----------

14. Projetos próprios a realizar:

	Saldo em 31/12/2015	Repasses	Gastos	Transfê-rencias	Devolução	Saldo em 31/12/2016
Secretaria Municipal Cultura	-	225.000	(225.000)	-	-	0
FUMCAD	-	279.368	(251.494)	(27.865)	-	9
Sec.Direitos Humanos da Pres.Rep.	54.800	11.695	-	-	-	66.495
CONDECA	-	402.225	(162.630)	-	-	239.595
	54.800	918.288	(639.124)	(27.865)	0	306.099

15. Doações e campanhas: As doações e campanhas contribuem para a realização dos serviços de atendimento aos deficientes visuais, assim como nos processos de doação de livre não patrocinados.

	2016	2015	2016	2015
Campanhas e eventos	4.199.465	4.095.850	4.199.465	4.095.850
Doativos bancários	304.136	878.214	304.136	878.214
Nota fiscal paulista	457.672	363.257	457.672	363.257
Doativos em espécie	179.744	629.613	179.744	629.613
IWESP / sucatas	0	45.976	0	45.976
IHF	0	42.139	0	42.139
	5.141.017	6.055.089	5.141.017	6.055.089

16. Vendas de serviços:

	2016	2015	2016	2015
Impressão, transcrição e vendas	1.685.459	1.400.580	2.235.683	1.400.580
Cursos, palestras e treinamentos	55.362	25.730	55.362	25.730
Gravação digital, livro falado	1.830.195	845.081	1.830.195	845.081
Publicações	51.163	1.252	51.163	1.252
Consultoria, revisão e áudio descrição	50.347	72.936	50.347	72.936
(-) Custos dos serviços e mercadorias	(410.368)	(293.948)	(2.828.238)	(293.948)
	3.262.158	2.051.631	1.394.512	2.051.631

17. Contribuições Sociais - Isenção Usufruída: Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficiária certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91.

18. Trabalho Voluntário: Conforme Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 R Item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado do voluntário. O valor a ser realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa no montante de R\$ 549.834 (R\$ 687.598 em 2015).

19. Gratuidades recebidas: A Fundação reconheceu pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado de divulgação em rádio. O valor a ser realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

	2016	2015	2016	2015
Fundação Casper Libero	2.159.783	1.307.810	2.159.783	1.307.810
Rádio cultura	116.580	104.400	116.580	104.400
Rádio alfa FM	122.214	144.660	122.214	144.660
Rádio mix	71.000	54.540	71.000	54.540
Rádio antena 1	-	18.504	-	18.504
	2.469.577	1.629.914	2.469.577	1.629.914

20. Assistência Social - Gratuidades concedidas: Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Fundação são atividades de proteção social nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inscrita no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como consequência, por esse regulamentados. A Fundação possui vínculo com a rede SUAS e para isso teve como requisitos: 1- prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, contínuos e planejados, sem qualquer discriminação; 2- qualificar e qualificar suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; 3- III - demonstrar potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de 60% da sua capacidade ao SUAS; e IV - disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. **20.1 - Formalização dos Projetos Sociais:** A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. A Fundação, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais, formaliza em cada Projeto Social: os objetivos deste; origem de recursos; infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para essa participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

a. O Deficiente na Universidade: O projeto tem como objetivo prover todas as pessoas com deficiência visual no ensino médio, vestibulares, universitários e profissionais liberais por meios e ferramentas para estudo e pesquisa em todo território nacional, criando e disponibilizando diversos títulos de dicionários, acadêmicos e de referência para que a pessoa com deficiência visual tenha sua disposição material de qualidade e que permita maior independência no desenvolvimento de seus estudos e atividade profissional e pessoal. No exercício de 2015, 1.289 novos títulos para 458 deficientes visuais em todo o território nacional. Em 2015 526 novos títulos para 881 deficientes visuais. A partir de 2016, devido a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), as editoras são obrigadas a fornecerem todos seus livros em formato acessível.

b. Habilitação e Reabilitação de Def. Visuais: Os programas de habilitação e reabilitação desenvolvidos pelos Serviços Especializados da Fundação Dorina Nowill para Cegos visam o desenvolvimento pessoal, por meio do incentivo à aprendizagem, à adaptação social, à orientação às famílias, às escolas e às empresas, com o objetivo de promover a independência e a autonomia de todas as pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) de todas as faixas etárias e de todo o Brasil. No exercício de 2015 realizamos 23.779 mil atendimentos e 953 pessoas foram reabilitadas e em 2016 realizamos 27.763 mil atendimentos

e 1.128 pessoas foram reabilitadas.

21. Contrapartida de uso de imóvel: De acordo com o Termo de Convênio nº 302/2008 com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Dorina Nowill para Cegos ofereceu com contrapartida à permissão de uso do imóvel sito à Rua Dr. Diogo de Faria, 558 - Vila Clementino - SP - Cursos para professores e educadores e atendimento educacional especializado gratuito, sendo duas (2) turmas do curso "O aluno com Baixa Visão no Ensino Regular" com a participação de 40 professores e gestores da Rede Municipal de Ensino.

22. Desdobramento de itens da demonstração do resultado do período:

	FN DAÇÃO		CON SOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Salários	1.552.963	2.988.863	1.789.050	2.988.863
Férias	251.800	648.419	318.421	648.419
Décimo terceiro	295.945	433.134	321.300	433.134
FGTS e INSS	466.048	854.814	582.318	854.814
Refeição	237.142	397.899	261.088	397.899
Assistência médica	175.189	261.355	182.656	261.355
Outros	78.960	515.876	92.730	515.876
	3.058.047	6.100.360	3.547.563	6.100.360

b. Despesas administrativas:

	2016	2015	2016	2015
Correio	489.270	286.649	489.286	286.649
Telefone	88.868	59.897	89.387	59.897
Veículos	3.841	111.627	3.841	111.627
Conservação e reparos	30.392	104.764	30.392	104.764
Água, gás e luz	166.945	187.081	170.050	187.081
Sistemas	570.776	413.433	570.776	413.433
Segurança e limpeza	299.264	372.403	299.264	372.403
Assessoria e serviços	1.149.650	1.869.474	1.433.414	1.869.474
Comunicação e divulgação	401.088	255.496	401.088	255.496
Promoções e eventos	120.216	127.262	15.216	127.262
Materiais para produção	0	1.636.896	-	1.636.896
Outros	403.646	526.688	116.597	526.688
	3.723.956	5.951.490	3.619.309	5.951.490

23. Resultado Financeiro

	FN DAÇÃO	CON SOLIDADO
	2016	2015
Rendimentos de aplicação financeira	5.842	117.468
Variação monetária	(8.878)	53.505
Despesas bancárias	(288.836)	(365.428)
Juros Passivos	(118.371)	(143.939)
Outros	(3.939)	(44.294)
	(414.182)	(382.688)

24. Partes Relacionadas:

	2016	2015
Participação da Fundação no Capital %	100%	-
Participação da Fundação no Capital	R\$ 289.535	-
Resultado do período da DNA	(362.861)	-
Resultado da equivalência patrimonial do período	(289.535)	-

	2016	2015
Participação da Fundação no Capital %	100%	-
Participação da Fundação no Capital	R\$ 289.535	-
Resultado do período da DNA	(362.861)	-
Resultado da equivalência patrimonial do período	(289.535)	-

A participação na DNA é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve um registro de equivalência patrimonial no montante de R\$ 289.535.

25. Imunidade tributária: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é imune à incidência de impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "c" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Esses valores foram registrados em contas patrimoniais específicas e reconhecidas como receita e despesa nos períodos apurados. 25.1. Característica da Imunidade: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e, por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o dolo (governo) de instituir, nem cobrar tributo.

26. Seguros contratados: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Dorina Nowill para Cegos efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Seguro Predial - apólice 953002790 - vencimento 03/11/2017

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - apólice - 517720163Q100000178 - vencimento 16/05/2017

São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

Alexandre Munck Superintendente CPF - 178.235.238-41	Rogério Gerlach Paganatto Contador CRC SP 131987/0-3 CRC ZSP 023806/0-0
---	--

PARECER CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Dorina Nowill para Cegos no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em concordância com o relatório dos auditores independentes emitido pela AUDISA Auditores Associados, que examinaram as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com base nas verificações detalhadas nos documentos e relatórios apresentados para exame, concluíram que as Demonstrações Financeiras da Fundação Dorina Nowill para Cegos representam adequadamente a posição financeira e o resultado das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Eduardo Oliveira
CPF 790.919.628-87

Fernando Augusto Trevisan
CPF 292.331.408-57

Marcelo Jose Pires Barbosa
CPF 063.934.218-35

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Opinião Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, identificadas como Fundação e Consolidado que compreendem o balanço patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa opinião foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita nas seguintes intitulações "Responsabilidades do auditor para as demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os critérios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Investimento em controlada. Chamamos a atenção para Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, que descreve o início das operações da controlada DNA Editores e Soluções em Acessibilidade S/A. A entidade controlada no exercício de 2016 apresentou déficit de R\$ 363.000. A Administração da Entidade estará adotando todas as medidas necessárias para reverter o resultado deficitário e iniciar um estudo a fim de verificar a viabilidade econômica da operação. Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou a sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com autoridade sobre a preparação das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossa obrigação não é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos cuidado profissional ao longo da auditoria. Além disso - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver a ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representação de fatos intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade e sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do, ou a perda, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação das entidades ou entidades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria